

002. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE SUPORTE À REGULAÇÃO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e dissertativa é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira a seguir:



(André Dahmer. *Malvados* # 846. Disponível em: www.malvados.com.br)

A vírgula no 1º quadro foi empregada pelo mesmo motivo que em:

- (A) Sem estar preparado para o pior, não se pode desejar o calor impossível.
- (B) A ausência de uma figura materna gera uma busca, pois fica um espaço vazio.
- (C) Há quem prefira buscar para si mesmo as coisas celestiais; outros, as infernais.
- (D) Em situações de desespero, as pessoas podem tomar medidas extremas.
- (E) O diabo é conhecido como aquele que garante a dor, o sofrimento e a tentação.

02. Está em conformidade com a norma-padrão de emprego do acento indicativo de crase e de regência verbal e nominal a frase:

- (A) Os que teimam sonhar conferem para a dor uma selvageria indômita e não veem justificativa à amar.
- (B) Com um projétil na pistola, a personagem reitera de sua capacidade em descer às profundezas terrestres.
- (C) Estar no inferno foi algo que não agradou à personagem que necessitava de um calor impossível.
- (D) Segundo o diabo, viver feliz é algo em que todos anseiam, mesmo quando se aspirou à algo oposto.
- (E) A personagem acha que o risco envolvido no ato de amar é algo à que se pode prescindir.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **03** a **06**:

O desenvolvimento da Inteligência Artificial Generativa (IAG) depende do treinamento de vastos conjuntos de informações para que o modelo aprenda sobre linguagem, padrões e conhecimento geral. Esses dados podem incluir textos, imagens ou vídeos, os quais frequentemente são protegidos por direitos autorais.

Se, por um lado, a criatividade e o conteúdo humano precisam ser preservados e recompensados, por outro, regras rígidas de direitos autorais para o treinamento da IAG podem trazer efeitos colaterais preocupantes, tais como: custos proibitivos para empresas de pequeno porte, aumentando a vantagem competitiva das grandes empresas; fuga de centros de IA para países mais permissivos; menor precisão diante da menor quantidade de dados; e repressão da pesquisa aberta e concentração de inovação em ambientes fechados.

O conteúdo, enquanto obra passível de proteção, é utilizado somente como insumo técnico para ensinar o modelo sobre as relações estatísticas entre os seus elementos. Embora esses vetores não reproduzam diretamente a obra original e os modelos não armazenem os dados como um banco de referência consultável, eles podem carregar sua estrutura em forma matemática, o que poderia levar à conclusão de que, a partir disso, seria possível reconstruir o conteúdo protegido.

Diferentemente de um livro digital ou de uma música arquivada, esses sistemas não guardam cada obra de forma individual, mas extraem padrões estatísticos gerais a partir do conjunto de uma grande massa toda. A memorização de trechos específicos pode ocorrer, mas em pequena escala. Em geral, o modelo generaliza e o impacto de cada obra isolada se dilui dentro da massa de dados, não havendo como rastrear a contribuição unitária. Isso torna inadequado tratar o treinamento desses modelos como se fosse equivalente ao uso individualizado de uma obra musical, jornalística ou literária.

No Brasil, há fundamentos jurídicos que permitem a aplicação do “uso justo”, conforme entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a Lei de Direitos Autorais, quando: se tratar de situação especial; não prejudicar a exploração normal da obra; e não causar dano injustificado aos interesses do autor.

Em geral, no caso do “treinamento justo”, os argumentos são: os dados são utilizados apenas como insumos técnicos, para ensinar padrões estatísticos, e não para copiar as obras originais; o aprendizado de máquina é comparável ao processo humano de indução e generalização; e a responsabilização deve ser aplicada em relação aos resultados produzidos que violem direitos autorais.

Ou seja, o tema é desafiador e de alta complexidade, sob a perspectiva técnica e jurídica. A tensão entre garantir a remuneração e o reconhecimento dos criadores, por um lado, e não inviabilizar a inovação tecnológica, por outro, exige abordagem regulatória cuidadosa, proporcional e tecnologicamente embasada.

(Rony Vainzof. *Treinamento da IA, direitos autorais e regulação*. www.estadao.com.br, 21.10.2025. Adaptado)

03. Com base nas informações presentes no texto sobre o treinamento e o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG), defende-se que

- (A) o treinamento da IAG deve se dar de maneira regulada, o que gera equilíbrio entre empresas de diferentes portes.
- (B) a probabilidade de uma IAG reproduzir conteúdo idêntico ao usado para seu treinamento é tão remota que não se justifica criar uma legislação a respeito.
- (C) a IAG pode beneficiar uma obra autoral, na medida em que, ao reproduzir seu conteúdo, explora-o, fazendo sua divulgação indireta.
- (D) a opção por um modelo estatístico de treinamento da IAG garante a possibilidade de ligar o produto gerado por eles ao autor original.
- (E) o uso de obras autorais para o treinamento da IAG deve garantir tanto a proteção autoral quanto o incentivo ao progresso digital.

04. Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado pode ser substituído, mantendo-se o sentido do trecho, pelo que está entre colchetes, empregado em sentido figurado.

- (A) Esses dados podem **incluir** [abarcas] textos, imagens ou vídeos, os quais frequentemente são protegidos por direitos autorais. (1º parágrafo)
- (B) ... esses sistemas não guardam cada **obra** [trabalho] de forma individual, mas extraem padrões estatísticos gerais... (4º parágrafo)
- (C) ... regras **rígidas** [intrépidas] de direitos autorais para o treinamento da IAG podem trazer efeitos colaterais preocupantes... (2º parágrafo)
- (D) No Brasil, há fundamentos jurídicos que permitem a **aplicação** [dedicação] do “uso justo”, conforme entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ)... (5º parágrafo)
- (E) ... e **repressão** [sufocação] da pesquisa aberta e concentração de inovação em ambientes fechados. (2º parágrafo)

05. Está em conformidade com o que se afirma no texto e com a norma-padrão de concordância verbal e nominal a frase:

- (A) Busca-se no Brasil meios para se chegar a uma legislação que contemple, além do “uso justo”, o “treinamento justo” dos sistemas de IA.
- (B) A vastidão dos conjuntos de informações que alimentam a IA é o que garante o funcionamento desses sistemas conforme o que se espera deles.
- (C) Não está descartado a possibilidade de que uma IA guarde excertos particulares de uma obra, mas isso ocorre numa proporção ínfima.
- (D) Uma legislação mais rigorosa aplicada sobre empresas desenvolvedoras de IA as forçariam a mudar para um país onde as condições fossem mais favoráveis.
- (E) Um autor cujas obras foram utilizadas para treinar sistemas de IA não deverão receber compensações, a menos que consigam provar o uso.

06. Considere o 3º parágrafo do texto:

O conteúdo, **enquanto** obra passível de proteção, é utilizado somente como insumo técnico para ensinar o modelo sobre as relações estatísticas entre os seus elementos. **Embora** esses vetores não reproduzam diretamente a obra original e os modelos não armazenem os dados como um banco de referência consultável, eles podem carregar sua estrutura em forma matemática, o que poderia levar à conclusão de que, a partir disso, seria possível reconstruir o conteúdo protegido.

Os vocábulos destacados podem ser substituídos, respectivamente, mantendo-se o sentido e a norma-padrão do trecho, por:

- (A) na qualidade de ... Ainda que
- (B) no momento de uma ... Mesmo que
- (C) conforme ... Enquanto
- (D) entendido como ... Entretanto
- (E) à medida que ... Posto que

07. Está em conformidade com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal a frase:

- (A) A capacidade dos modelos de IA de gerar conteúdos novos é objeto de questionamento de quem cria-os de maneira autoral.
- (B) Obras originais têm sido usadas para alimentar modelos de IA, mas estes não têm citado-as devidamente.
- (C) O conteúdo está sujeito à proteção de direitos autorais e é utilizado pelo desenvolvedor do modelo para alimentá-lo.
- (D) Os modelos, por fim, não reproduzem integralmente conteúdos protegidos por direito autoral, mas lhes imitam.
- (E) Os dados das obras são acessíveis pelos modelos e estes armazenam-os com uma estrutura matemática.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

08. Curiosamente, a cotação anual de um ativo sofreu reajustes positivos e sucessivos de, respectivamente, 3%, 40%, 3%, 40%, 3%, 40% e 3%.

Valores que podem auxiliar a resolução

$0,03^4 = 0,00000081$	$0,04^3 = 0,000064$
$0,3^4 = 0,0081$	$0,4^3 = 0,064$
$1,03^4 = 1,12550881$	$1,04^3 = 1,124864$
$1,3^4 = 2,8561$	$1,4^3 = 2,744$

Após esses sete reajustes na cotação, é correto afirmar que o reajuste total que essa cotação sofreu foi um valor mais próximo de

- (A) 300%
- (B) 209%
- (C) 132%
- (D) 401%
- (E) 600%

09. Uma senha de acesso a um computador é composta de 7 caracteres distintos, que são, nesta ordem: 3 letras dentre as letras A, B, C, D e E e 4 algarismos dentre os algarismos 1, 2, 3, 4 e 5. A primeira letra utilizada na senha deve ser seguida de outras duas letras que sejam, em relação à ordem alfabética, posteriores à primeira letra, e essas outras duas letras devem estar em ordem alfabética. O primeiro algarismo utilizado na senha deve ser seguido de outros três algarismos que sejam menores do que esse primeiro algarismo.

Considerando todas as possibilidades de criação dessas senhas, a probabilidade de uma delas ser sorteada e ser uma senha que inicie com a letra B e termine com o algarismo 2 é

- (A) 7%
- (B) 6%
- (C) 5%
- (D) 8%
- (E) 4%

10. Para realçar um discurso de sucesso, o diretor de uma empresa quer expor os resultados positivos dos últimos 6 meses por meio de uma análise das medidas de tendência central que são: média, mediana e moda. Os resultados a serem considerados são os totais de vendas de cada mês, que são, respectivamente e em milhões de reais: 23, 16, 17, 20, 8 e 16.

O diretor calculou essas três medidas que, em ordem crescente de valor, são:

- (A) moda, mediana, média.
- (B) média, moda, mediana.
- (C) média, mediana, moda.
- (D) mediana, média, moda.
- (E) moda, média, mediana.

11. Um artesão tinha à sua disposição um bloco compacto de madeira, com formato cúbico, cujo volume era de 4.096 cm^3 . Ele dividiu esse cubo, sem perda de material, em oito cubos iguais. Quatro desses cubos o artesão desbastou até que ficassem, cada um, com o formato de um cilindro, cuja base circular tinha diâmetro de medida igual à aresta do cubo e cuja altura era a mesma altura do cubo; outros três desses cubos ele desbastou até que ficassem cada um com o formato de uma pirâmide cuja base era uma das faces do cubo e cuja altura era igual à altura do cubo; um desses oito cubos o artesão não alterou.

Ao realizar esse trabalho de criação dessas oito peças, o volume de madeira que o artesão desbastou correspondia, em relação ao bloco de madeira inicial, a

Adote: $\pi = 3$

- (A) 32,5%
(B) 40%
(C) 25%
(D) 45%
(E) 37,5%
12. Adriana, Bruna e Carla são amigas e suas idades são 35, 42 e 48 anos, não necessariamente nessa ordem. Elas têm profissões diferentes, sendo uma delas médica, outra advogada e outra professora. Também é conhecido o fato de que Adriana não tem 48 anos e é prima da médica. Já a professora mora bem perto da Adriana, e Carla já passava dos 10 anos de idade quando a futura professora nasceu.
- Com essas informações, é correto afirmar que a diferença entre a soma das idades da médica e da advogada e a soma das idades de Adriana e de Bruna é igual a
- (A) 7.
(B) 9.
(C) 13.
(D) 15.
(E) 6.
13. A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico-matemático:

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 5, ...

Considerando esse padrão, é possível determinar os elementos em qualquer posição da sequência. Sejam F o 125º e G o 165º elementos dessa sequência, a razão F/G em seu formato irredutível é

- (A) $9/8$
(B) $2/3$
(C) $3/4$
(D) $10/9$
(E) $8/7$

14. Assinale a alternativa correta a respeito das autarquias especiais.

- (A) Seus dirigentes não possuem mandato fixo, podendo ser exonerados a qualquer tempo pelo chefe do Poder Executivo.
- (B) A indicação dos seus dirigentes é feita diretamente pelo Presidente da República com aprovação do Senado no caso das agências federais.
- (C) Possuem personalidade jurídica de direito privado e desempenham atividades de natureza privada delegadas pelo Estado.
- (D) São subordinadas diretamente a um ministério, secretaria ou ao chefe do respectivo Poder Executivo.
- (E) São dotadas de autonomia e estão sujeitas à fiscalização e ao controle externo apenas por parte do Poder Judiciário.

15. Na hipótese de concessão de um serviço público em que a concessionária, na execução do serviço concedido, venha a causar um prejuízo ao usuário, é correto afirmar que

- (A) o responsável pelo ressarcimento dos danos será o poder concedente, em razão da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva do Estado.
- (B) a concessionária deverá responder pelos danos ao usuário, cabendo a este o ônus probatório de comprovar que houve culpa ou dolo da concessionária.
- (C) a concessionária e o poder concedente deverão responder de forma solidária pelos danos causados ao usuário, para que este tenha maior possibilidade de ressarcimento.
- (D) quem deverá responder pelos danos causados ao usuário é a concessionária, solidariamente, com o funcionário que foi o culpado pela causação dos danos.
- (E) a concessionária deverá responder pelos danos, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

16. Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações) no tocante às suas sanções administrativas.

- (A) É vedada a aplicação de multa, como sanção administrativa, a ser imposta sobre o faturamento de pessoa jurídica de direito privado.
- (B) O produto da arrecadação das multas aplicadas em decorrência de infrações cometidas, nos termos da LGPD, inscritas ou não em dívida ativa, será destinado ao fundo de despesas ordinárias do Poder Judiciário.
- (C) Aplicadas sanções administrativas previstas na LGPD, fica vedada a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas em outras legislações.
- (D) A LGPD prevê, como sanção, a suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período.
- (E) Uma das sanções aplicáveis aos agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na LGPD, é a prisão administrativa por até 30 (trinta) dias.

17. Considerando a repartição constitucional de competências dos entes federados, no tocante à competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, a Constituição Federal estabelece, nessas matérias, que

- (A) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) compete à União legislar privativamente.
- (C) é competência legislativa concorrente entre Estados, DF e Municípios.
- (D) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- (E) compete, privativamente, aos Estados e ao Distrito Federal.

18. Suponha que Adélio, detentor de cargo público no Estado de São Paulo, pretenda atuar como procurador de interesses privados nos órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta estadual. Nessa situação hipotética, considerando os termos do Decreto Estadual nº 69.474/ 2025, é correto afirmar que

- (A) a eventual atuação de Adélio configura conflito de interesses real, que pode gerar procedimento administrativo disciplinar ou ação de improbidade.
- (B) a atuação pretendida de Adélio configura conflito de interesses potencial, o qual, isoladamente, não enseja a imposição de sanção.
- (C) essa situação não configura conflito de interesses, podendo Adélio atuar como procurador, independentemente de autorização.
- (D) Adélio poderá atuar na forma pretendida, se estiver devidamente autorizado pela autoridade competente.
- (E) a atuação pretendida de Adélio configura conflito de interesses potencial, o qual é passível de imposição de sanção por improbidade administrativa.

19. Segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na hipótese de decisões ou opiniões técnicas prolatadas por um agente público, este

- (A) não responderá pessoalmente por elas, uma vez que deve ter independência em suas funções.
- (B) não responderá pessoalmente, salvo se agiu com a intenção de prejudicar a imagem da Administração.
- (C) responderá pessoalmente em caso de dolo ou erro grosseiro.
- (D) responderá pessoalmente apenas se estiver exercendo cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- (E) não responderá pessoalmente, salvo se a opinião ou decisão não for acatada pelo seu superior imediato.

20. Com base na legislação aplicável e nas boas práticas regulatórias, assinale a alternativa correta quanto aos objetivos e princípios que regem a atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP).

- (A) Conforme o art. 9º da Lei Complementar nº 1.025/2007, compete à ARSESP fixar as tarifas de energia elétrica no Estado de São Paulo, independentemente das diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- (B) A modicidade tarifária, a transparência decisória e a proteção dos direitos dos usuários integram os objetivos da ARSESP, orientando tanto a regulação quanto a fiscalização dos serviços públicos.
- (C) O regime especial da ARSESP visa garantir subordinação técnica ao Poder Executivo, preservando a uniformidade das decisões administrativas estaduais.
- (D) A atuação da ARSESP deve pautar-se pela intervenção direta nas políticas de investimento das concessionárias, assegurando controle público sobre sua execução.
- (E) A Lei Complementar nº 1.025/2007 limita a competência da ARSESP aos serviços de energia elétrica e gás canalizado, vedando-lhe atuar em matéria de saneamento básico.

21. As falhas de mercado justificam a intervenção do Estado por meio da regulação econômica. Considerando as principais formas de falhas de mercado e os instrumentos regulatórios correspondentes, assinale a alternativa correta.

- (A) As externalidades positivas exigem a criação de tributos ou tarifas que desestimulem a atividade.
- (B) A existência de retornos crescentes de escala em monopólios naturais não elimina a necessidade de regulação, justificando a atuação estatal para garantir eficiência produtiva e modicidade tarifária.
- (C) A assimetria de informação decorre de falhas contratuais entre agentes privados e, por isso, não constitui hipótese de intervenção regulatória.
- (D) Bens públicos são divisíveis e excludentes, razão pela qual sua provisão é mais eficiente pelo setor privado sob regime de concorrência.
- (E) A seleção adversa ocorre após a celebração do contrato, quando uma das partes altera seu comportamento em razão da impossibilidade de monitoramento.

22. As boas práticas de governança regulatória buscam aprimorar a qualidade das normas editadas pelas agências reguladoras. Nesse contexto, a Análise de Impacto Regulatório (AIR) caracteriza-se por

- (A) representar o planejamento anual das ações prioritárias de regulação da agência.
- (B) consistir em consulta pública destinada a colher contribuições da sociedade sobre proposta normativa já elaborada.
- (C) ser mecanismo de controle posterior exercido por órgãos de auditoria e fiscalização.
- (D) ser um instrumento utilizado após a edição da norma, destinado a avaliar seus efeitos e resultados.
- (E) ser um estudo prévio que identifica o problema regulatório, avalia alternativas e subsidia a tomada de decisão antes da edição do ato normativo.

23. Durante a tramitação de um processo de revisão tarifária, a área técnica concluiu relatório propondo rever parâmetros de cálculo. Antes da reunião do Conselho Diretor, o diretor responsável aprova o relatório e o envia à concessionária para aplicação imediata, alegando urgência e suficiência técnica. O procedimento não foi, portanto, submetido à deliberação colegiada.

Com base no Regimento Interno da ARSESP (Deliberação nº 1.649/2025) e nos princípios de governança regulatória, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta é irregular, pois matérias de natureza regulatória exigem deliberação colegiada do Conselho Diretor e publicação oficial para produzir efeitos.
- (B) A conduta é irregular porque o diretor deixou de solicitar parecer jurídico prévio, requisito indispensável para a validade de todo ato regulatório.
- (C) A conduta é regular por se tratar de ato meramente executivo de parâmetro técnico, que não se submete à deliberação colegiada quando não altera norma geral.
- (D) A conduta é regular, pois a urgência e a instrução técnica permitem dispensa de colegialidade, desde que o diretor comunique o conselho em até 48 horas.
- (E) A conduta é regular porque o diretor, como autoridade máxima da área técnica, possui competência decisória final sobre processos tarifários.

24. Sobre o modelo de estrutura-conduta-desempenho (E-C-D), é correto afirmar que

- (A) o modelo foi formulado para descrever mercados competitivos, não sendo aplicável a oligopólios ou monopólios naturais.
- (B) ele parte da premissa de que o desempenho das firmas determina, em última instância, a estrutura de mercado, razão pela qual mercados com lucros elevados atraem novos concorrentes e reduzem a concentração.
- (C) a formulação original do modelo reconhece uma relação bidirecional entre estrutura, conduta e desempenho, ainda que a ênfase inicial recaia sobre a influência da demanda sobre o desempenho.
- (D) um de seus pressupostos é a causalidade que parte da estrutura de mercado, como o grau de concentração, para influenciar a conduta das empresas e, por consequência, o desempenho econômico.
- (E) a conduta das firmas é considerada independente da estrutura de mercado, de modo que decisões de preço e investimento são tomadas sem influência do grau de concentração ou barreiras à entrada.

25. À luz da Lei Complementar nº 1.413/2024 e das boas práticas regulatórias, assinale a alternativa correta.

- (A) As agências estaduais são autarquias de regime especial, caracterizadas pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade dos seus mandatos.
- (B) As agências reguladoras deverão promover audiências e consultas públicas, após a tomada de decisão do Conselho Diretor, quanto à fixação de tarifas e estruturas tarifárias dos serviços regulados.
- (C) A SP ÁGUAS possui natureza de empresa pública de direito privado sujeita ao regime empresarial.
- (D) O governador pode avocar e reformar, por mérito técnico, deliberações colegiadas das agências, em razão do poder de tutela administrativa sobre entidades da administração indireta.
- (E) O poder sancionador das agências depende de lei federal setorial específica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS

26. Tendo em vista o disposto na Carta Magna brasileira, assinale a alternativa que contempla corretamente um dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais.

- (A) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do trabalho normal.
- (B) Relação de emprego protegida contra despedida com ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá verba indenizatória.
- (C) Recebimento de verba de seguro-desemprego pelo trabalhador, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
- (D) Irredutibilidade do salário-base do trabalhador, garantia que não poderá ser alterada por disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (E) duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, por acordo ou convenção coletiva.

27. Conforme estabelece a Constituição Federal, cabe aos Estados a instituição do ICMS – imposto incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Nesse sentido, as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação do referido imposto deverão ser estabelecidas por meio de

- (A) decreto legislativo do Congresso Nacional, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores.
- (B) resolução do Senado, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores.
- (C) lei complementar federal, de iniciativa privativa do Presidente da República.
- (D) decreto legislativo de iniciativa privativa de qualquer membro do Congresso Nacional.
- (E) resolução do Senado de iniciativa privativa do Presidente da República.

28. No tocante à atividade econômica, a Constituição Federal estabelece que

- (A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista que exerçam atividade de interesse nacional poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, desde que previstos em lei complementar federal.
- (B) a lei reprimirá o uso do poder econômico que vise à competição acirrada dos mercados, à proteção particular em face da concorrência, e ao aumento exponencial dos lucros das empresas privadas.
- (C) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- (D) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e deverá aprovar legislação de forma a impedir a remessa de lucros ao exterior.
- (E) um dos princípios que regem a ordem econômica é o tratamento favorecido para as empresas de pequeno e médio porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

29. Sobre a invalidade dos atos administrativos, a Lei do Processo Administrativo (Lei estadual nº 10.177/1998) estabelece que

- (A) a convalidação será formalizada por ato motivado, salvo quando o administrador entender desnecessária por conveniência e oportunidade.
- (B) a invalidade se dá em razão da falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato vinculado, tendo em vista sua finalidade, o que não se aplica aos atos discricionários.
- (C) a Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, ainda que da irregularidade não resulte prejuízo ou passíveis de convalidação.
- (D) a Administração poderá convalidar seus atos inválidos, salvo quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal.
- (E) a motivação do ato no procedimento administrativo poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.

30. Considerando o disposto na Lei do Processo Administrativo (Lei Estadual nº 10.177/1998), suponha que tenham sido tomadas duas decisões. A primeira contraria Despacho Normativo do Governador do Estado, e a segunda tomada originariamente por dirigente superior de pessoa jurídica da Administração descentralizada. Nessas situações, meramente hipotéticas, é correto afirmar que, no tocante à primeira decisão,
- (A) não caberá recurso, e, na segunda, caberá pedido de reconsideração à própria autoridade que proferiu a decisão.
 - (B) compete à Procuradoria Geral do Estado recorrer de ofício, e na segunda, caberá pedido de reconsideração.
 - (C) caberá pedido de reconsideração, e, na segunda, caberá recurso hierárquico ao Governador do Estado.
 - (D) caberá pedido de reconsideração ao próprio Governador, e, na segunda, compete à Procuradoria Geral do Estado recorrer de ofício.
 - (E) caberá recurso de agravo dirigido ao governador do Estado, e, na segunda, não caberá recurso nem pedido de reconsideração.
31. A Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, estabelece quanto ao inadimplemento do usuário, como regra geral, que
- (A) o serviço público pode ser desligado a qualquer hora do dia, sem prévio aviso, no caso de inadimplemento.
 - (B) pode haver o desligamento do serviço público, desde que haja prévio aviso e durante o horário comercial, e não poderá ser cobrada taxa de religação.
 - (C) o serviço público pode ser desligado a qualquer hora do dia, por inadimplemento, desde que haja prévio aviso.
 - (D) pode haver o desligamento do serviço público, desde que haja prévio aviso e durante horário comercial, sendo possível a cobrança de taxa de religação.
 - (E) não poderá o serviço público ser desligado em virtude de inadimplemento.
32. Herculano, usuário de serviço público no Estado de São Paulo, apresentou uma representação ao órgão competente, nos termos da Lei Estadual nº 10.294/1999 (Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo), solicitando a instauração de processo administrativo para apuração de ato ofensivo às normas da referida Lei.
- Nessa situação hipotética, é correto afirmar que a representação de Herculano
- (A) deverá ser rejeitada, uma vez que o processo administrativo deve ser instaurado de ofício ou mediante representação dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor.
 - (B) poderá ser recusada a ser protocolada, se ela contrariar entendimento consolidado da autoridade competente sobre a matéria.
 - (C) poderá ser aceita e processada, desde que fundamentada, devendo sua representação ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado, como órgão competente para a sua apreciação.
 - (D) será rejeitada, por decisão fundamentada, se ela for manifestamente improcedente, mas Herculano terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua intimação.
 - (E) poderá ser processada e julgada, desde que tenha sido subscrita por advogado, esteja fundamentada e acompanhada das respectivas provas a respeito dos fatos alegados.

- 33.** A gestão de materiais é fundamental em qualquer entidade pública, entre outros motivos, para a manutenção sem interrupções da prestação adequada dos seus serviços públicos.

Considerando que uma determinada entidade pública consome anualmente 700 canetas azuis e que o estoque médio anual é de 200 canetas azuis, caso não haja reposição, o estoque médio será consumido pela demanda em

- (A) três meses.
- (B) dois meses.
- (C) quatro meses.
- (D) cinco meses.
- (E) um mês.

- 34.** A controladoria no setor público tem utilizado o Modelo das Três Linhas de Defesa para realizar a gestão de riscos e controles, organizando as responsabilidades dos atores em níveis que atuam de forma concomitante. Avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre questões relativas ao atingimento dos objetivos pela organização pública inserem-se nos papéis

- (A) da segunda linha, apenas.
- (B) das segunda e terceira linhas, apenas.
- (C) da terceira linha, apenas.
- (D) da primeira linha, apenas.
- (E) das primeira, segunda e terceira linhas.

- 35.** Uma organização pública está mapeando os seus processos, por meio da análise de fluxos de trabalho, para compreender melhor o funcionamento atual de suas atividades e implementar melhorias. Ao identificar fornecedores, entradas, processo, saídas e clientes (cidadãos), a ferramenta visual que vem sendo adotada é denominada

- (A) Método DMAIC.
- (B) PM Canvas.
- (C) Cinco forças de Porter.
- (D) Método DMADV.
- (E) Diagrama SIPOC.

- 36.** No ano de 2027, um novo ciclo de gestão estadual será iniciado nas unidades da federação do país, cabendo o envolvimento do governo e do Poder Legislativo na elaboração e aprovação de instrumentos de planejamento e orçamento, tais como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A respeito desses três instrumentos, à luz das normas, é correto afirmar que

- (A) a LDO, lei de iniciativa do chefe do poder Executivo, compreenderá o período de 2028 a 2031 e disporá sobre diretrizes, objetivos e metas para a administração pública estadual.
- (B) a LOA conterá o Anexo de Riscos Fiscais, no qual serão estabelecidas metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referir (2028) e os dois seguintes (2029 e 2030).
- (C) a LDO compreenderá o Anexo da Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, para o exercício financeiro de 2028, com o objetivo de adequar as despesas à arrecadação de receitas.
- (D) o PPA disporá sobre critérios e forma de limitação de empenho ao longo da execução orçamentária, o que se inicia no primeiro dia do exercício financeiro do segundo ano do mandato do governador, ou seja, em 2029.
- (E) a LOA sancionada no ano de 2028, depois de tramitar nos poderes Executivo e Legislativo estaduais, terá vigência durante o exercício financeiro subsequente, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2029.

- 37.** A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe diversos limites, a exemplo dos limites para a despesa total com pessoal, principalmente com o objetivo de contribuir na responsabilidade na gestão das finanças públicas.

Um poder Executivo de um determinado estado da federação, que auferiu receita corrente líquida de R\$ 250.000.000,00, não poderá exceder, em cada período de apuração, a despesa total com pessoal no valor de

- (A) R\$ 150.000.000,00.
- (B) R\$ 102.250.000,00.
- (C) R\$ 122.500.000,00.
- (D) R\$ 125.000.000,00.
- (E) R\$ 135.000.000,00.

38. Uma entidade da administração pública indireta publicou edital de licitação para contratação de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial. A vigência desse contrato terá duração inicial de 24 meses, com previsão de prorrogação, no valor total de R\$ 2 milhões.

Durante a execução contratual, no processo de pagamento à empresa contratada, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, para exemplos com características como essas,

- (A) é preferível o empenho ordinário.
- (B) será realizado o empenho duplo ou misto.
- (C) é dispensável o empenho.
- (D) é permitido o empenho global.
- (E) será realizado o empenho estimativo.

39. Um plano plurianual (PPA) continha 40 programas estratégicos para determinado estado da federação. Ao final de quatro anos, durante o processo de avaliação *ex post* desse PPA pela gestão estadual, verificou-se o seguinte: (i) dos 40 programas, 20 deles foram executados, atingindo plenamente as metas propostas; e (ii) esses 20 programas implementados utilizaram significativamente mais recursos do que previsto inicialmente.

Com base nessas duas constatações do processo avaliativo, respectivamente, é correto afirmar que esse PPA pode ser considerado como

- (A) ineficiente e inefetivo.
- (B) ineficaz e ineficiente.
- (C) ineficiente e ineficaz.
- (D) ineficaz e inefetivo.
- (E) inefetivo e ineficiente.

40. O ingresso na Administração Pública pode ocorrer pelo regime celetista ou estatutário. Nas duas situações, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Suponha que Geraldo pretende ingressar na carreira pública; assim, ele deve ter o conhecimento de que

- (A) os direitos e deveres do empregado público celetista estão estabelecidos na Consolidação das Leis Trabalhistas, legislação esparsa e lei do órgão contratante.
- (B) a demissão no regime celetista e no estatutário requer que seja instaurado um Processo Administrativo Disciplinar (PAD).
- (C) tanto o celetista como o estatutário adquirem estabilidade após um período de estágio probatório, que dura três anos.
- (D) o servidor estatutário é convocado mediante ato de nomeação, a tomar posse, assumindo consequentemente as suas atividades como empregado público.
- (E) no regime celetista há benefícios como a aposentadoria com regras específicas e a vinculação a um regime próprio de previdência social.

41. Assinale a alternativa que complementa, corretamente, a afirmativa de que a aprendizagem organizacional tem se tornado um processo contínuo nas organizações, contribuindo para que os colaboradores desenvolvam novas competências para atender às demandas diárias com maior qualidade e agilidade.

- (A) A aprendizagem organizacional compreende os níveis individual, grupal e organizacional, que são estruturados em intuir, interpretar, integrar e institucionalizar, sendo que intuir e interpretar ocorrem no nível grupal.
- (B) Os desafios de um mercado cada vez mais competitivo reforça a ideia de um profissional que saiba lidar com paradoxos e se adapte às diversas mudanças no ambiente, com competência para inovar, criar e gerar resultados.
- (C) A aprendizagem organizacional se traduz em estabelecer novas rotinas administrativas, com foco na aquisição de habilidades técnicas, para que colaboradores possam atingir os índices de produtividade estabelecidos pela organização.
- (D) O processo de aprendizagem enfatiza a criação de uma metodologia única de desenvolvimento, o que permite um melhor planejamento das estratégias de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores.
- (E) Em uma organização que aprende, os colaboradores estão mais receptivos a mudanças, o que contribui para um ambiente mais competitivo, no qual o aprendizado individual é fortalecido em detrimento do organizacional.

42. Samira, analista de uma Agência Reguladora de Serviços Público, precisa desenvolver uma apresentação sobre os tipos de liderança que contribuem para o desenvolvimento das equipes de trabalho. Pesquisando sobre o tema, ela constatou que, na liderança

- (A) técnica, os líderes podem adotar diferentes abordagens, dependendo do nível de prontidão ou habilidade dos liderados para lidar com uma tarefa ou desafio.
- (B) transacional, os líderes por causa das pressões de tempo, criam um relacionamento especial com um pequeno grupo de seus liderados, que recebem uma parcela diferenciada de atenção.
- (C) *coaching*, o líder auxilia os seus liderados no alcance de suas metas, fornecendo orientação e apoio para assegurar que as metas individuais sejam compatíveis com os objetivos organizacionais.
- (D) transformacional, os líderes engajam e motivam seus liderados, incentivando-os a inovar e contribuir com a organização, o que contribui para um forte vínculo com a cultura organizacional.
- (E) democrática, o líder confia na competência dos membros da equipe para conduzirem suas próprias tarefas, intervindo apenas quando necessário para fornecer orientação.

43. Para que as empresas públicas ou privadas possam atingir os objetivos organizacionais propostos, torna-se necessária uma gestão de desempenho eficaz, que deve focar nas competências que cada colaborador precisa desenvolver para agregar valor à estratégia organizacional.

Considera(m)-se, entre os pontos para a melhoria da gestão de desempenho,

- (A) as políticas de recursos humanos que visam reduzir o *turnover* por meio de avaliações de desempenho esporádicas, que servirão como indicadores de engajamento e de *performance*, para maximizar a correção de rumo.
- (B) o microgerenciamento, prática na qual os gestores supervisionam de forma minuciosa as atividades dos colaboradores, gerando impactos positivos e significativos na produtividade e na motivação dos funcionários.
- (C) conscientizar os líderes de que a avaliação de desempenho é uma aplicação da área de Recursos Humanos, por ser considerada um processo burocrático e analítico para mensurar as habilidades técnicas dos colaboradores.
- (D) identificar indivíduos e equipes por meio de percepções subjetivas dos líderes, recompensando-os com incentivos financeiros, o que servirá como uma estratégia para motivar e engajar os demais colaboradores.
- (E) a construção de uma cultura que não se restrinja apenas a avaliações anuais do desempenho dos colaboradores, mas, sim, um modelo justo, simples, flexível e evolutivo de gestão do desempenho com base em resultados.

44. Jeremias, funcionário estável de uma instituição pública civil do Estado de São Paulo, será reintegrado ao serviço público após ser absolvido em decisão judicial transitada em julgado. Ao pedir orientação a um analista de suporte de regulação sobre reintegração, ele foi corretamente informado de que

- (A) será reintegrado ao serviço público, por meio de decreto, considerado o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sentença transitada em julgado.
- (B) será reintegrado em outro cargo de vencimentos equivalentes, respeitada a habilitação, mesmo que o cargo anterior não tenha sido extinto.
- (C) poderá pedir sua transferência para um outro cargo de mesmo padrão de vencimento ou com remuneração inferior, que requeira os mesmos requisitos do cargo anterior.
- (D) a sua reintegração ao serviço garante o direito de ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento, que deve ser paga no prazo de 20 (vinte) dias.
- (E) o funcionário ocupante da vaga será aproveitado em outro cargo ou reconduzido ao cargo de origem, sendo indenizado pelo referido período trabalhado.

45. Durante o ano de 2024, Suzane faltou 12 (doze) vezes no serviço, e Joaquim, 15 (quinze) vezes. Ambos gozaram suas férias em março de 2025. Como as referidas faltas não foram consideradas como justificadas, é correto afirmar, conforme estabelece a legislação trabalhista, que o período de férias a que eles tiveram direito se refere, respectivamente, a

- (A) 28 (vinte e oito) dias corridos e 22 (vinte e dois) dias corridos.
- (B) 30 (trinta) dias corridos e 24 (vinte e quatro) dias corridos.
- (C) 24 (vinte e quatro) dias corridos e 18 (dezoito) dias corridos.
- (D) 26 (vinte e seis) dias corridos e 20 (vinte) dias corridos.
- (E) 22 (vinte e dois) dias corridos e 16 (dezesesseis) dias corridos.

46. José, empregado público da Arsesp, precisa dirimir uma dúvida de Fabiano sobre evolução funcional. Entre as informações fornecidas por José, é correto afirmar que

- (A) para a promoção na carreira serão realizadas, semestralmente, avaliações de desempenho, tanto de caráter objetivo como subjetivo.
- (B) para a progressão, a liderança, a gestão de equipes e as tomadas de decisão são fatores considerados entre as atribuições do empregado, quando em função de gerência.
- (C) é necessário que seja cumprido, na mesma função, o intervalo mínimo de 3 (três) anos de efetivo exercício para a progressão na carreira.
- (D) a participação no processo de promoção depende de inscrição do candidato, como também de indicação de seu superior imediato.
- (E) a promoção considera a passagem do empregado público permanente de um grau para o imediatamente superior, dentro da respectiva classe.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

47. Uma entidade reguladora do setor público pretende realizar contratação direta de um serviço de consultoria técnica especializada, de natureza predominantemente intelectual, com empresa de notória especialização, e que custará R\$ 200 mil.

Com base nessas e em outras características relevantes, essa contratação deverá ocorrer por

- (A) pregão eletrônico.
- (B) inexigibilidade de licitação.
- (C) concorrência.
- (D) concurso.
- (E) dispensa de licitação.

48. O sistema de registro de preços diz respeito a um conjunto de procedimentos para realização de registro formal de preços para contratações futuras, sendo a ata de registro de preços o documento vinculativo e obrigacional, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas.

Durante o planejamento para uso do sistema de registro de preços, os servidores públicos de uma entidade pública verificaram, corretamente, que

- (A) o sistema de registro de preços pode ser utilizado para a contratação de quaisquer bens e serviços, exceto os relativos a obras e serviços de engenharia.
- (B) o critério de julgamento da licitação para registro de preços é o de técnica e preço ou o de maior retorno econômico sobre tabela de preços praticada no mercado.
- (C) a existência de preços registrados implica à empresa vencedora o compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas pelo edital, obrigando a Administração Pública a contratar o que foi licitado.
- (D) o prazo total de vigência da ata de registro de preços é de até dois anos, já contando com a possibilidade de prorrogação após comprovado o preço vantajoso.
- (E) os órgãos e entidades da Administração Pública estadual têm a faculdade de aderir à ata de registro de preços, na condição de não participantes, de órgão ou entidade gerenciadora municipal.

49. O setor de licitações e contratos administrativos iniciou a elaboração de licitação para a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial da autarquia. Para essa contratação, o gestor público responsável optou pelo pregão.

Essa modalidade de licitação foi devidamente escolhida porque, entre outros motivos,

- (A) o certame será conduzido pelo leiloeiro oficial, agente responsável designado para esse tipo de contratação.
- (B) aplica-se principalmente às contratações de serviços técnicos, sejam eles especializados ou não.
- (C) é obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns.
- (D) diz respeito a um processo administrativo de chamamento público, no qual a autarquia convoca interessados em prestar os serviços.
- (E) o critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de técnica e preço.

50. Determinado órgão da administração pública indireta celebrou alguns contratos de serviços e fornecimentos contínuos. Entre os contratos existentes, um deles diz respeito à prestação de serviços de locação de equipamentos de informática, que se aproxima do período de tomada de decisão, pelos servidores públicos, entre continuidade ou extinção dessa contratação. Como a empresa contratada vem prestando os serviços de maneira satisfatória (conforme acompanhamento pelo gestor e pelo fiscal do contrato), no edital há a previsão de prorrogação, e a autoridade competente atestou que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, optou-se por nova prorrogação da prestação desse serviço de locação, respeitando-se a vigência máxima de

- (A) 4 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 6 anos.
- (D) 8 anos.
- (E) 10 anos.

51. Com base no Decreto nº 67.608/2023 – Dispõe sobre a aplicação transitória de regulamentos federais enquanto não houver regulamentação estadual específica sobre a regra de transição entre os regimes jurídicos de contratações públicas, no âmbito da Administração Pública estadual direta e autárquica, para a Lei federal nº 14.133/2021, e dá providências correlatas –, para processamento de suas licitações e contratações diretas, os órgãos e as entidades podem optar pela utilização da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo (BEC-SP) ou pelo

- (A) Sistema de Compras do Governo Federal.
- (B) Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.
- (C) Portal Nacional de Contratações Públicas.
- (D) Sistema de Compras do Governo Federal de Cadastro Unificado de Fornecedores.
- (E) Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais.

52. Conforme o Decreto nº 67.689/2023 – Regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei federal nº 14.133/2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica –, a partir do mês de julho do ano de execução do plano de contratações anual, os setores de contratações devem elaborar relatórios de riscos referentes à provável não efetivação da contratação de itens constantes do plano de contratações anual até o término daquele exercício.

Esse relatório de gestão de riscos tem frequência mínima

- (A) semestral.
- (B) bimestral.
- (C) anual.
- (D) trimestral.
- (E) quadrimestral.

53. De acordo com o Decreto nº 67.888/2023 – Regulamenta o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133/2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica –, um dos parâmetros possíveis de ser utilizado para aferição do melhor preço estimado diz respeito à

- (A) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até um ano anterior à data de divulgação do edital.
- (B) pesquisa direta com pelo menos dois fornecedores, mediante solicitação por meio de ofício ou e-mail, apresentando-se justificativa da escolha desses fornecedores, e com obtenção dos orçamentos até um ano de antecedência da data de divulgação do edital.
- (C) composição de custos totais maiores ou iguais à moda estatística do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
- (D) pesquisa publicada em mídia especializada, tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e portais eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que consultados com até um ano de antecedência do início da fase interna da licitação.
- (E) contratação similar feita pela Administração Pública, privada ou terceiro setor, desde que concluída no período de até seis meses anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços.

54. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta sobre o aprendizado de máquina supervisionado.

- (A) Por padrão, é recomendado no aprendizado supervisionado que o conjunto de dados de teste seja maior que o conjunto de dados de treino.
- (B) A primeira etapa no uso de um modelo de aprendizado supervisionado é o teste, seguido do treinamento.
- (C) Modelos de aprendizado supervisionado podem ser utilizados em tarefas de regressão, porém isso não se aplica às tarefas de classificação.
- (D) No aprendizado supervisionado, os dados utilizados são rotulados.
- (E) Uma métrica utilizada para modelos regressores em aprendizado supervisionado é o *score-f1*.

55. Um servidor de arquivos de uma empresa apresentou falha grave em seu disco. A equipe técnica diagnosticou que a única possibilidade de recuperação é por meio da restauração de um *backup*. Os arquivos armazenados por esse servidor passavam por processo periódico de *backup* em mídia externa, tendo sido encontrado apenas um *backup* diferencial recente (com data satisfatória para recuperação).

Com base no exposto, pode-se concluir corretamente que

- (A) é necessário que se encontre também um *backup* incremental, realizado antes do *backup* diferencial, para a completa recuperação dos arquivos perdidos, uma vez que um *backup* incremental e um *backup* diferencial constituem um *backup* completo.
- (B) é necessário que se encontre também outro *backup* diferencial, realizado anteriormente, para a completa recuperação dos arquivos perdidos, uma vez que dois *backups* diferenciais constituem um *backup* completo.
- (C) é necessário que se encontre também o *backup* completo realizado previamente, relativo ao *backup* diferencial, para a completa recuperação dos arquivos perdidos.
- (D) todos os arquivos perdidos podem ser recuperados com sucesso exclusivamente por meio do *backup* encontrado.
- (E) todos os arquivos perdidos podem ser recuperados com sucesso exclusivamente por meio do *backup* encontrado, desde que não tenha sido utilizada compressão de dados.

56. Um ataque de *ransomware* em um computador tem como efeito esperado

- (A) o registro secreto e indevido de todas as teclas digitadas pelo usuário, que pode levar ao roubo de senhas quando essa informação é enviada com sucesso a um atacante na Internet.
- (B) a exibição de propagandas indesejadas no navegador *web*, sem que o usuário consiga desabilitá-las.
- (C) o superaquecimento e queima do processador do computador, provocando danos irreversíveis a essa parte do *hardware*.
- (D) a formatação da unidade de disco do computador, ocasionando a perda de todos os arquivos do usuário.
- (E) a encriptação de arquivos do computador, tornando-os inacessíveis, seguida do pedido de pagamento de um resgate financeiro para sua recuperação (decriptação).

57. Uma categoria de sistemas de informação que têm como objetivo organizar, armazenar e controlar o acesso a documentos em formato digital em uma organização é conhecida pela sigla

- (A) LGPD.
- (B) DDoS.
- (C) GED.
- (D) XSS.
- (E) IDS.

58. Um dos principais *softwares* utilizados para análise de dados comercialmente é o Microsoft Excel. Nesse *software*, é possível criar rotinas para automatização de tarefas utilizando uma linguagem de programação desenvolvida pela Microsoft.

O nome dessa linguagem é

- (A) Javascript.
- (B) Python.
- (C) Cobol.
- (D) R.
- (E) VBA.

59. A visualização de dados é uma etapa essencial do processo de análise de dados, pois tem como objetivo apresentar informações relevantes extraídas dos dados de maneira intuitiva.

Um *software* da Microsoft utilizado para visualização de dados cujo foco é a criação de *dashboards* é o Microsoft

- (A) Tableau.
- (B) Power BI.
- (C) Hyper-V.
- (D) Teams.
- (E) Word.

60. A governança de dados compreende princípios de qualidade, segurança e integridade dos dados, sendo que, de forma a cumprir com tais princípios, é correto afirmar que a governança de dados, por meio de sua equipe, tem como sua obrigação direta

- (A) fornecer suporte ao treinamento dos sistemas de TI da empresa.
- (B) realizar a correção de cadastros de clientes em base de dados.
- (C) exercer a autoridade no tocante à gestão dos dados, propondo estratégias, políticas, padrões e processos envolvidos com os ativos de dados.
- (D) realizar auditorias em todos os bancos de dados da empresa.
- (E) definir e implementar a política de uso de senhas dos sistemas da empresa.

RASCUNHO

